Artigo de Revisão Integrativa

Gabriella dos Santos Cardoso[1].

E-mail: gabi.cardoso2134@gmail.com

Larissa Diniz Silva Rezende[1].

E-mail: larissadsrezende@hotmail.com

Luana Stefane Silva Meireles[1].

E-mail: luana_stefane8@hotmail.com

Natielly Alves Fonseca De Carvalho[1].

E-mail: natycarvalho2008@hotmail.com

Erika Regina Coelho[2].

E-mail: erika.coelho@prof.una.br

[1]Centro Universitário UNA – Campus Barreiro. Acadêmicas de Enfermagem. Belo Horizonte, MG – Brasil.

[2]Centro Universitário UNA – Campus Barreiro. Enfermeira. Mestre. Docente. Belo Horizonte, MG – Brasil.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE AO PLANEJAMENTO FAMILIAR: REVISÃO INTEGRATIVA

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar a produção científica sobre a atuação do enfermeiro frente ao planejamento familiar. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura com busca na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nas seguintes bases de dados: LILACS, MEDLINE e BDENF. A busca foi referente aos anos 2016 a 2021, utilizando os descritores: Enfermagem; Saúde Sexual e Reprodutiva; e Planejamento Familiar. Foram avaliados 74 artigos, sendo 09 incluídos no estudo, por atenderem aos critérios de inclusão. As pesquisas evidenciam que a atuação do enfermeiro frente ao planejamento familiar é fundamental para a funcionalidade e integralidade das ações destinadas ao indivíduo e comunidade. O enfermeiro é ator fundamental nas atividades de gestão, educação e práticas assistenciais. A pesquisa possibilitou entender a importância do enfermeiro frente ao planejamento familiar e os desafios enfrentados, evidenciando a necessidade do domínio teórico-científico durante as consultas de enfermagem, para compreender as reais necessidades de cada usuário.

Descritores: Enfermagem; Saúde Sexual e Reprodutiva; Planejamento Familiar.

ABSTRACT

This study aims to analyze the scientific production on the role of nurses in relation to family planning. This is an integrative literature review with a search in the Virtual Health Library (VHL), in the following databases: LILACS, MEDLINE and BDENF. The search referred to the years 2016 to 2021, using the descriptors: Nursing; Sexual and Reproductive Health; and Family Planning. A total of 74 articles were evaluated, of which 09 were included in the study, as they met the inclusion criteria. Research shows that the role of nurses in relation to family planning is essential for the functionality and completeness of actions aimed at the individual and the community. The nurse is a fundamental actor in management, education and care practices. The research made it possible to understand the importance of the nurses in relation to family planning and the challenges faced, highlighting the need for theoretical-scientific domain during nursing consultations, in order to understand the real needs of each user.

Keywords: Nursing; Sexual and Reproductive Health; Family Planning (Public Health)

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo analizar la producción científica sobre la actuación del enfermero delante al planeamiento familiar. Se trata de una revisión integradora de la literatura con búsqueda en la Biblioteca Virtual de Salud (BVS), en las siguientes bases de datos: LILACS, MEDLINE y BDENF. La búsqueda se refirió a los años 2016 a 2021, utilizando los descriptores: Enfermería; Salud y Reproductiva ; y Planificación Familiar. Se evaluaron un total de 74 artículos, de los cuales 9 fueron incluidos en el estudio, por cumplir con los criterios de inclusión. Las investigaciones muestran que el papel de los enfermeros delante el planeamiento familiar es fundamental para la funcionalidad y la integridad de las acciones dirigidas al individuo y la comunidad. El enfermero es un actor fundamental en las actividades de gestión, educación y prácticas asistenciales. La investigación posibilitó comprender la importancia del enfermero delante el planeamiento familiar y los desafíos que enfrenta, destacando la necesidad de un dominio teórico-científico durante las consultas de enfermería, para comprender las reales necesidades de cada usuario.

Descriptores: Enfermería; Salud Sexual y Reproductiva; Planificación Familiar

INTRODUÇÃO

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) decorreu a partir do movimento sanitário, ocorrido entre os anos de 1970 e 1980, e também contou com a participação considerável de organizações feministas que buscavam melhores condições de assistência à saúde para as mulheres. Visando garantir um acesso integral à saúde, o movimento feminino ganhou forças no início da década de 80 no Brasil e relatos de milhares de brasileiras foram transformados em propostas legais compiladas na "Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes". Tal carta objetivou assegurar os direitos das mulheres e foi entregue aos Constituintes em 1987 [1].

A partir do teor da Carta das Mulheres Brasileiras, foi possível traçar as exigências que se faziam necessárias na sociedade brasileira e endossar os direitos das mulheres. Desde então, inúmeras estratégias foram desenvolvidas visando melhorar a assistência à saúde das brasileiras. Um desses marcos é o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que foi desenvolvido em parceria com diversos departamentos e comissões do Ministério da Saúde, e aos poucos, associando-se aos movimentos feministas, sociedades científicas, organizações não-governamentais e estudiosos da área [2].

O PAISM foi instituído em 1983 e tinha como estratégia a descentralização, hierarquização e regionalização dos serviços de saúde voltados para atenção à mulher, incluindo ações educativas, diagnóstico, tratamento, recuperação e prevenção. Uma das propostas do PAISM foi a criação de uma política nacional voltada para o Planejamento Familiar (PF), já que até então, os métodos contraceptivos eram majoritariamente viabilizados e utilizados em formato de esterilização em massa, como a laqueadura tubária [3].

Inicialmente, o PF foi implantado no Brasil em decorrência da necessidade de adotar medidas para o controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), da gravidez na adolescência e da sexualidade precoce. As principais ações foram voltadas para disseminação de meios contraceptivos e propostas para redução no número de natalidade [4] .

O PF tem como princípio garantir o direito de escolha de ter ou não filhos, não devendo haver imposição sobre o indivíduo acerca do uso de métodos anticoncepcionais

ou do número de filhos [3]. Além disso, o PF é destinado a ambos os sexos, no entanto, observa-se uma participação maior da mulher. Isso é decorrente de uma construção histórica, cultural e social dos gêneros, onde estipula-se que a responsabilidade da contracepção pertence à mulher e não ao casal, acarretando na abstenção do homem com relação a esse planejamento [5] .

Disposto na lei N°9.263 de 12 de janeiro de 1996, no Art 1° - "o planejamento familiar é um direito de todo cidadão" [6] . Á vista disso, o PF é viabilizado principalmente por meio das ações realizadas no âmbito da Atenção Primária, através da Estratégia de Saúde da Família (ESF). Desta forma, possibilita o reconhecimento das necessidades da comunidade, viabiliza informações e promove educação sexual e reprodutiva aos casais e à população em geral [4] .

Uma das principais consequências da falta de PF é a gravidez indesejada, chegando a 55% das gestações do país [7] . Outro agravante é a falta de informações qualificadas, repercutindo em práticas sexuais desprotegidas, desencadeando demais problemas de saúde pública, como o aumento das IST's [8] .

Em relação ao papel do enfermeiro frente ao PF e o número elevado de gestações não planejadas, infere-se um déficit nas atividades voltadas para promoção, prevenção e educação em saúde sexual e reprodutiva advindas da atenção primária [9] . Isso é resultante tanto da falta de profissionais capacitados para efetivação dessas ações quanto da escassez de métodos contraceptivos ofertados pelo SUS. Desse modo, contribuindo cada vez mais com o aumento da gravidez indesejada [9] [10] .

Dessa maneira, o trabalho do enfermeiro para efetivação desta política de planejamento reprodutivo é estratégico e indispensável, tanto no âmbito da gestão quanto na execução das práticas assistenciais, educativas e preventivas, promovendo informações adequadas sobre educação sexual e reprodutiva à população. Destaca-se que o enfermeiro possui competência legal, de acordo com a resolução N° 358/2009, para realizar consultas de enfermagem no âmbito do planejamento familiar, bem como a orientação acerca do melhor método contraceptivo de acordo com a necessidade e bem-estar de cada pessoa [11] [12] [13] [14] .

Além disso, o enfermeiro também detém o papel de propor medidas preventivas e efetivar ações de saúde que ajudem a reduzir a vulnerabilidade da população perante as IST e à gravidez indesejada [15] . Diante disso, além da ampliação de informações, é

preciso também estabelecer uma relação de confiança entre os profissionais da saúde com a polução em geral, criando diálogos reflexivos e profícuos sobre saúde sexual, garantindo serviços de saúde sensíveis e contextualizados à realidade dos indivíduos [8] .

Para tanto, o estudo se justifica por trazer à tona discussões e reflexões que discorram sobre o enfermeiro frente ao planejamento familiar. Ademais, espera-se contribuir com o meio acadêmico, possibilitando maior acesso à materiais que dissertem sobre o assunto, sendo de extrema relevância no que concerne as atribuições e capacitações do profissional de enfermagem nas intervenções de promoção à saúde.

A partir dessa perspectiva, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a produção científica sobre a atuação do enfermeiro frente ao planejamento familiar.

MATERIAL E MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, no qual busca avaliar diversos trabalhos que abordem uma mesma temática, fomentando assim, reflexões para discussões futuras acerca do tema [16] . Este tipo de pesquisa é constituído por meio do agrupamento de resultados de estudos desenvolvidos com diferentes métodos, de modo que os revisores possam sintetizar os resultados sem comprometer as conexões epistemológicas da pesquisa empírica utilizada, com objetivo de ressaltar se mais pesquisas são necessárias para preencher as lacunas do conhecimento científico atual [17] .

Para a construção deste trabalho foram seguidas as seguintes etapas: escolha da temática e definição da pergunta norteadora; busca dos artigos nas bases de dados, de acordo com os descritores escolhidos; seleção dos artigos conforme os critérios de inclusão e exclusão; classificação dos estudos em categorias; interpretação dos resultados e elaboração da revisão [18] .

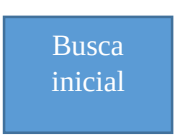
Na primeira etapa, formulou-se a seguinte questão norteadora: “O que as pesquisas científicas exploram sobre a atuação do enfermeiro frente ao planejamento familiar?”. Como estratégia de busca dos estudos, foram realizadas consultas na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), sendo encontrados diversos artigos nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana em Ciência da Saúde (LILACS), Sistema

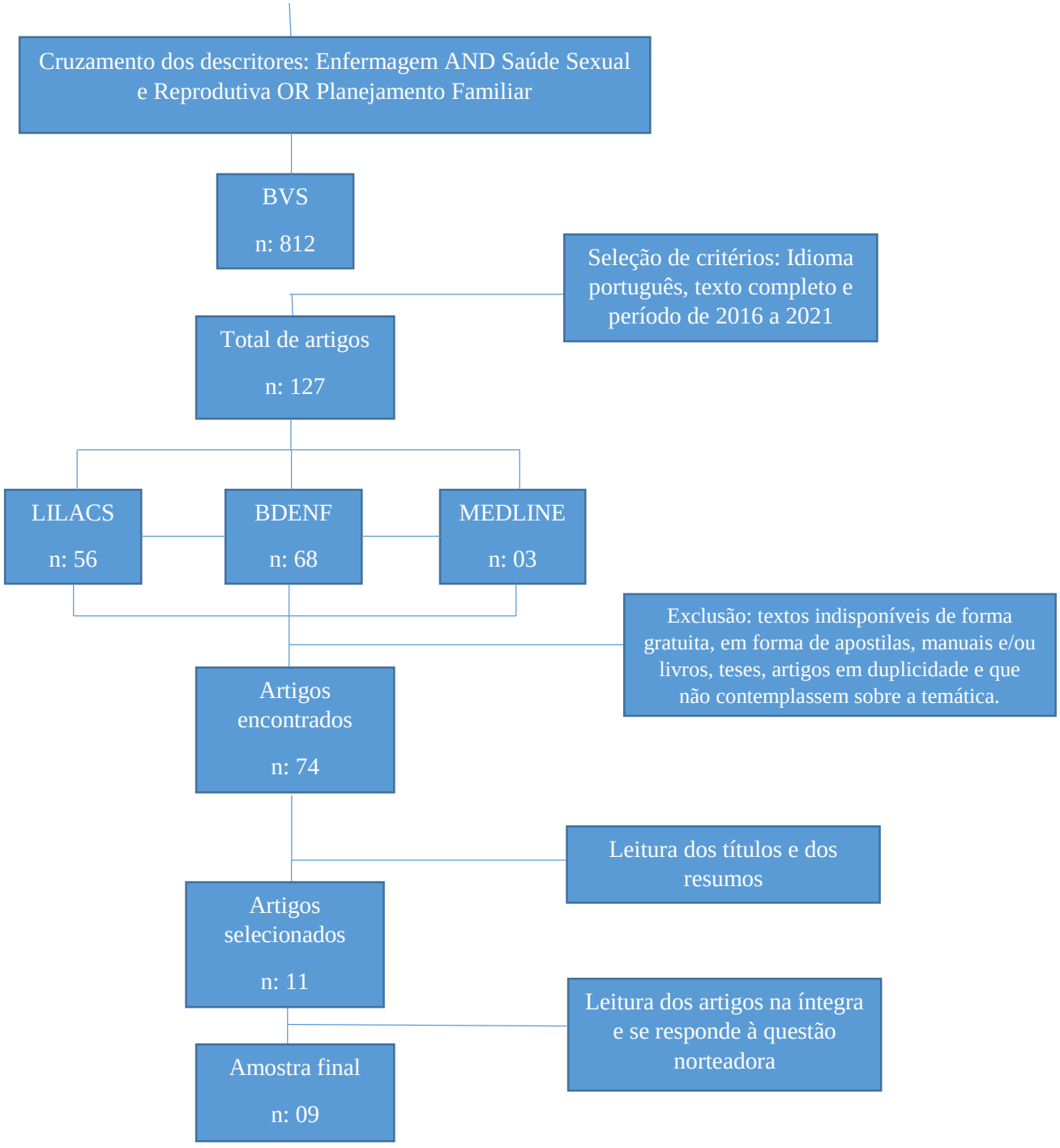
Online de Busca e Análise da Literatura Médica (MEDLINE) e na Base de Dados em Enfermagem (BDENF). A investigação da literatura foi realizada a partir do cruzamento dos descritores “Enfermagem” AND “Saúde Sexual e Reprodutiva” OR “Planejamento Familiar”.

Para a seleção do material foram escolhidos os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados em português, que possuem textos completos e com período entre 2016 e 2021. Foram excluídos do estudo os textos indisponíveis de forma gratuita, em forma de apostilas, manuais e/ou livros, teses, artigos em duplicidade e os textos que não contemplassem sobre a temática do enfermeiro inserido no planejamento familiar.

A seleção dos artigos ocorreu durante o mês de Março de 2021, onde foi realizada a busca dos estudos na BVS, sendo encontrado inicialmente um total de 812 artigos; após selecionarmos os critérios de inclusão (idioma em português, textos completos e período entre 2016 e 2021) obtivemos 127 artigos, distribuídos nas seguintes bases de dados: LILACS (56), BDENF (68) e MEDLINE (3); em seguida fizemos a exclusão de artigos duplicados, indisponível de forma gratuita, apostilas, manuais, livros, teses e que não abordavam a temática do trabalho, totalizando 74 estudos. Por conseguinte, foi realizada a leitura dos títulos e dos resumos dos 74 estudos, sendo então selecionados 11 artigos que foram lidos na íntegra. Após a leitura dos estudos, alcançou-se a amostra final de 9 artigos que responderam à questão norteadora deste trabalho. A figura 1 evidencia o fluxograma descritor dos resultados encontrados.

Figura 1 - Fluxograma de busca literária dos artigos científicos que compuseram a revisão integrativa.





Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Para realização da análise e discussão dos artigos escolhidos, foi elaborado um quadro sinóptico, com intuito de classificar o conteúdo definido a partir da busca, contendo as seguintes variáveis: título do artigo; ano de publicação; autores;

metodologia/nível de evidência (nível I ao VII conforme tipo de estudo); nome do periódico/local de publicação; o Qualis, que possui 8 classificações (A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C) sendo A1 o de melhor classificação e o C de menor classificação; e principais resultados. Após a classificação dos estudos, foram executadas as análises dos resultados e a interpretação da discussão por meio da síntese dos diálogos dos autores selecionados.

RESULTADOS

Neste estudo, foram incluídos 09 artigos científicos e todos atenderam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos. Para apresentação das publicações que compõe esta revisão, construiu-se um quadro sinóptico (quadro 1), contendo as informações dos estudos.

Quadro 1 - Caracterização dos artigos quanto ao título do artigo, ano de publicação, autores, metodologia/nível de evidência, nome do periódico/local de publicação, qualis e principais resultados.

Título do artigo	Ano	Autores	Metodologia /Nível de evidência	Periódico/Local de publicação	Qualis	Principais resultados
1-Tecnologia educacional sobre contracepção oral: construção compartilhada com enfermeiros da assistência reprodutiva	2019	Ivaneide LAR; Lorena FST; Laura MVN.	Qualitativa/ Nível VI	Rev. Fundam. Care. Online. Jan/ Mar; 11(1): 53-58. Universidade Federal do Estado do RJ.	B2	Observou-se que os enfermeiros apresentaram um conhecimento compatível com o recomendado pelo Ministério da Saúde, referente à orientação sobre a contracepção oral na prevenção de gravidez e tratamento para ovário policístico, ofertando liberdade as pacientes na escolha do método. Consideram as Tecnologias da Educação (TE) uma importante ferramenta para auxiliar na educação em saúde, acarretando a criação de um Folder.
2-A Prevenção da Gravidez na Adolescência: Uma	2017	Bianca DGV; Ana Beatriz AQ; Valdecyr HÁ; Diego	Revisão Integrativa da Literatura/ Nível V	Rev. Enferm UFPE Online. Vol. 11, N. 3, p. 504-12. Fev.	B2	Destacou a importância do enfermeiro como um educador em saúde, utilizando de várias estratégias com a finalidade de capacitar as usuárias na tomada de decisão

Revisão Integrativa		PR; Juliana VVG; Carina B.P.				da gravidez e na proteção das infecções sexualmente transmissíveis IST's.
3-Ações de Enfermeiras em Planejamento Reprodutivo na Atenção Primaria à Saúde	2017	Gabriela TF; Maria CL; Laura FC.	Qualitativa Exploratório-Descritivas/ Nível VI	Rev. Enferm UFSM. Vol. 7, N. 4, p. 643 - 655. Out./Dez. Rio Grande do Sul.	B2	A abordagem individual é a mais usada pelos enfermeiros, pois percebem que atividades em grupo causam desconforto as mulheres. Percebe-se uma limitação quanto a inclusão de mulheres sexualmente ativas, mas que não possuem filhos, privilegiando-se, mulheres com filhos e companheiro.
4- Barreiras organizacionais para disponibilização e inserção do dispositivo intrauterino nos serviços de atenção básica à saúde	2017	Vanderléa ASG; Ana Luiza VB; Osmara AS; Patrícia LFSR; Renata FSG.	Quantitativo, transversal e descritivo/ Nível VI	Rev. Escola de Enferm. USP [online]. Vol. 51, e03270. EpubDec 18. São Paulo.	A2	Constatou-se que ainda existem muitos municípios do Brasil que não disponibilizam o DIU, e não encaminham as mulheres que tem interesse em usá-lo. Diante disso, o papel do enfermeiro é indispensável na orientação e educação dos pacientes acerca do uso do método contraceptivo em questão. Outro empecilho observado são as diversas barreiras organizacionais, assim como adoção de critérios que impedem a inserção do DIU.
5- Grupo educativo em planejamento reprodutivo: experiência durante a residência em Enfermagem Obstétrica	2017	Érika TS; Mary ABM; Thaís SS; Rozania BX; Paulo ASSB; Cristiane VS	Estudo descritivo, tipo relato de experiência/ Nível V	Revista de Enferm. UFPE Online, Vol. 11, n. 1, p. 232-238, Jan.	B2	Nota-se que muitas mulheres não tinham conhecimento sobre preservativo masculino e feminino, assim como não sabiam o uso correto e onde eram disponibilizados de forma gratuita. O profissional enfermeiro deve atuar de maneira que possa garantir o cuidado em saúde de modo geral, atuando na prevenção e promoção, incluindo assistência à concepção e contracepção.
6- O Planejamento Familiar para Homens	2018	Wesley GS; Higor LB; Fellipi NOC;	Estudo bibliográfico, descritivo, de revisão	Revista de Enferm. UFPE Online. Vol. 12,	B2	Os resultados obtidos através desse estudo evidenciaram que a maior participação do homem no PF, se dá por meio

		Pedro PMR; Sebastião JHD.	integrativa/ Nível V	n.11, p. 3098-3109. Nov.		da vasectomia. Além disso, também foram apontados fatores que favorecem a baixa participação masculina no PF, como escassez de informação e questões culturais. Desta forma, explanando a necessidade de ações de educação em saúde sexual e reprodutiva no PF, promovidas pelo profissional enfermeiro.
7-Saberes e Práticas de Homem Perante o Planejamento Reprodutivo	2016	Ana Carolina SC; Adriana LP; Carla CN.	Estudo descritivo/ Qualitativo/ Nível VI	Rev. Enferm. Centro Oeste Mineiro. Vol. 6, N. 3, p. 2398-2409. Set/Dez.	B2	No planejamento reprodutivo e sexual também é importante a percepção do homem e conhecer os relatos dos mesmos acerca de seus saberes sobre o tema e do seu papel nas ações do planejamento familiar. Diante disso, percebeu-se a importância do enfermeiro na atenção primária, criando ações que incluam o público masculino nos processos reprodutivos e nas tomadas de decisões em relação ao PF, proporcionando não somente mais autonomia, como também maior responsabilização do homem perante a concepção e contracepção do casal.
8- Direitos sexuais e reprodutivos na atenção básica: educação em saúde grupal sob a ótica da enfermeira	2016	Maria DS; Maria ART.	Estudo qualitativo/ Nível VI	Rev. Iberoam. educ. invest. Enferm. Vol. 6, n. 3, p. 49-58. Jul.	B4	Na atenção primária, o planejamento familiar é um direito do usuário que por muitas vezes é deixado em segundo plano por difícil acesso do paciente ao estabelecimento, entre outros motivos. A equipe multidisciplinar especificamente a enfermagem, tem o papel de educar e compartilhar informações no intuído de ajudar e orientar o usuário dos seus direitos referente a educação sexual.

9- Planejamento reprodutivo em casais homossexuais na estratégia saúde da família	2018	Grayce AA; Jamerson MB; Jeane FCN; Mônica FL; Glauberto SQ.	Estudo descritivo, com abordagem qualitativa/ Nível VI	Revista de APS. V. 21, n. 1, p. 104-111. Jan/mar.	B2	Neste estudo houve a participação de 12 enfermeiros/ as que atuavam no serviço de ESF. Por meio de entrevistas, onde foram analisadas as respostas dos mesmos e subdividas; e logo após discutidas a luz da Teoria das Representações Sociais, visando esclarecer como se dá o acolhimento dos casais homoafetivo no PF na atenção primária.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Em relação ao ano de publicação dos artigos analisados, observou-se que foram encontrados dois (22,2%) artigos publicados em 2016, quatro (44,4%) artigos em 2017, dois (22,2%) artigos em 2018, um (11,1%) artigo em 2019 e nenhum artigo publicado em 2020 e 2021 (até março).

Tabela 1. Distribuição dos estudos analisados, segundo o ano de publicação.

Ano de Publicação	Número de estudos	Porcentagem
2016	2	22,2%
2017	4	44,4%
2018	2	22,2%
2019	1	11,1%
2020	-	-
2021 (até março)	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Quanto ao percurso metodológico, verificou-se que a maioria dos estudos é de abordagem qualitativa (55,5%); em seguida foram os artigos de revisão integrativa (22,2%), pesquisa de campo de caráter quantitativo (11,1%) e relato de experiência (11,1%), conforme descrito na tabela 2.

Tabela 2. Distribuição dos estudos analisados, segundo o tipo de estudo e o nível de evidência.

Tipo de estudo	Número	Porcentagem	Nível de evidência
Qualitativo	5	55,5%	VI
Revisão Integrativa	2	22,2%	V
Quantitativo	1	11,1%	VI
Relato de Experiência	1	11,1%	V

Fonte: Criado pelas autoras, 2021.

Em relação ao nível de evidência, houve maior frequência do nível VI (6 artigos) e os demais (3 artigos) apresentaram nível de evidência V, conforme demonstrado na tabela acima (tabela 2). Desta forma, confirma-se a escassez de estudos acerca do tema com maior rigor metodológico, considerando que os estudos que fomentam a prática fundamentada em evidências viabilizam melhor comprovação científica.

Em relação ao periódico dos artigos, observou-se que na Revista de Enfermagem EFPE (Qualis – B2) apareceram 3 artigos. A Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (Qualis – A2) teve 1 artigo analisado. A Revista Iberoamericana de Educácion em Enfermería (Qualis – B4) com 1 artigo. As demais revistas são Qualis B2 com 1 artigo cada, totalizando 9 artigos, conforme aponta tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição dos artigos analisados segundo aos periódicos.

Periódico	Qualis	N°	ISSN	Porcentagem
Revista de Pesquisa: Cuidado e Fundamental (Online)	B2	1	2175-5361	11,1%

Revista de Enfermagem UFPE	B2	3	1981-8963	33,3%
Revista de Enfermagem da UFSM	B2	1	2179-7692	11,1%
Revista da Escola de Enfermagem da USP (Online)	A2	1	1980-220X	11,1%
Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro	B2	1	2236-6091	11,1%
Revista Iberoamericana de Educácion em enfermería	B4	1	2174-6915	11,1%
Revista de APS (Impresso)	B2	1	1516-7704	11,1%
TOTAL	-	9		100%

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

DISCUSSÃO

O planejamento familiar foi inserido nos serviços de saúde pública no Brasil em 1996, disponibilizado através da Atenção Primária (AP), e tinha como objetivo implementar ações de controle da fecundidade, garantindo o direito a concepção e contracepção, limitando ou aumentando o número de filhos pelo indivíduo ou casal. Em vista disso, foram ofertados diversos métodos de contracepção; temporários reversíveis, irreversíveis, de barreira, entre outros; visando principalmente à redução do número de gravidez não planejada [19] .

O profissional enfermeiro tem um papel essencial frente ao planejamento familiar e no esclarecimento aos usuários de seus direitos na saúde, especificamente a respeito da saúde sexual e reprodutiva. Também faz parte do trabalho do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde (APS), desempenhar a consulta de enfermagem, os procedimentos técnicos, as atividades em grupo e o direcionamento para outros serviços ou especialidades, caso necessário [20] [21] [9] .

Deste modo, observa-se a importância das estratégias de ações em saúde, que envolvem a promoção e prevenção em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, tendo como objetivo a redução dos riscos no qual a população encontra-se exposta, como: a gravidez precoce, aborto induzido e as doenças sexualmente transmissíveis [20] [21] [9].

Quando se trata de uma educação sexual e reprodutiva na prevenção de um modo geral, o cenário é amplo, e abarcam discussões sobre empoderamento, saúde, sexualidade e liberdade dos indivíduos. A adolescência corresponde a um ciclo da vida repleto de transformações, devido aos hormônios que levam a mudanças biológicas, cognitivas, entre outros, e com isso desencadeando várias dúvidas. Deste modo, é imprescindível a participação do profissional de enfermagem em uma boa orientação, prevenção e promoção da saúde, inclusive durante a adolescência [21] [20].

A maioria das adolescentes gestantes demonstra compreensão inadequada em relação aos métodos contraceptivos, contribuindo cada vez mais para a reincidência de gravidez não planejada. Diante disso, ressalta-se a importância da atuação do enfermeiro para realização de ações educativas acerca do planejamento reprodutivo na atenção primária, com intuito de informar sobre formas de prevenir uma gestação indesejada [20] [21].

Com objetivo de efetivar os direitos ao planejamento familiar, os métodos de concepção e contracepção devem ser oferecidos aos usuários, juntamente com a orientação acerca da eficácia desses métodos, dessa forma, facilitando a liberdade de escolha dos pacientes. No SUS são disponibilizados diversos tipos de métodos contraceptivos, inclusive os reversíveis de longa duração, como o dispositivo intrauterino (DIU) de cobre [20] [10].

A atenção à contracepção deve ser dada, a princípio pela Unidade Básica de Saúde, especificamente a colocação do DIU. É um procedimento totalmente praticável a nível primário de atenção e no Brasil, a inserção do DIU pode ser exercida por profissionais de saúde treinados e capacitados. Nesse cenário, o enfermeiro desempenha um papel fundamental, já que quando treinado e capacitado, tem autonomia legal para inserir e retirar o DIU [20] [10].

A pílula contraceptiva e o uso do preservativo feminino resultaram em mudanças sociais, dando a mulher mais liberdade e controle da sua vida reprodutiva, diante da escolha do melhor momento para poder ter ou não filhos. Nesse contexto, vale lembrar a

importância do uso do anticoncepcional como método de contracepção feminino, associado à camisinha, dessa forma, garantindo sexo seguro e com dupla proteção [22] [20] .

A fim de produzir educação em saúde, o profissional enfermeiro encarrega-se de construir uma relação de vínculo, se inteirando da necessidade da clientela, e com isso capacitar a população, para promover um melhor serviço ofertado. Com isso, faz-se necessário utilizar de diferentes tecnologias, como palestras e rodas de conversa, para trabalhar assuntos pertinentes a educação sexual e reprodutiva [22] [21].

A abordagem individual aos participantes nas ações realizadas no PR é a melhor opção, de maneira a reduzir algum tipo de constrangimento [9] . Em discordância, outras autoras apresentam em seu texto o valor das ações educativas grupais, como a troca de saberes entre profissionais e os usuários, que levam a transferência de informações entre o grupo possibilitando a interação do público, encorajando-os a manifestarem dúvidas e considerações sobre o tema [23].

No que se refere à participação dos homens nas ações de promoção à saúde e prevenção de agravos, promovidas pela atenção primária, os estudos apontam que o envolvimento desse público ainda é baixo, principalmente no que diz respeito à educação sexual e reprodutiva. Um dos principais fatores que limitam essa atuação do público masculino é a escassez de métodos contraceptivos, onde as únicas opções de contracepção oferecidas pelo SUS são a camisinha e a vasectomia, sendo a segunda opção um método de esterilização [19] [24] .

Além disso, observa-se que a maioria das ações e políticas engajadas na educação sexual e reprodutiva são destinadas ao público feminino, dessa forma, dificulta o envolvimento do homem nessa responsabilização reprodutiva. Essa exiguidade do público masculino no planejamento reprodutivo (PR), em relação ao público feminino, se perpetua de décadas passadas até os dias atuais, estando fortemente relacionada aos fatores socioeconômicos e culturais [19] [24] .

Por consequência, constata-se que a carência de ações voltadas para educação sexual masculina acarreta na falta de informação desse público, contribuindo para baixa adesão dos homens aos métodos de contracepção. Dessa forma, se faz relevante que o profissional de enfermagem atue desmistificando crenças que inibam o envolvimento masculino nesse processo do autocuidado, incentivando-o a ter mais atenção com a saúde e maior envolvimento nas ações do planejamento reprodutivo [19] [24] .

A maioria das pessoas associa o cuidado com a saúde sexual e reprodutiva ao uso de preservativos para prevenção de IST's e da gravidez não planejada; porém, na prática ainda há muita resistência, por parte do parceiro, quanto ao uso da camisinha durante o ato sexual. Entretanto, nota-se que os homens que possuem níveis de escolaridade e financeiro mais elevados aderem melhor aos métodos de contracepção e participa mais ativamente das ações voltadas a educação sexual e reprodutiva [24] [19] .

Com isso, reforça-se a importância de se ter mais ações na Atenção Primária voltadas para o PF e o fundamental papel do enfermeiro como educador, orientando homens e mulheres sobre o uso dos métodos contraceptivos, mencionando a disponibilidade dos métodos no mercado, sua forma de uso correto e a eficácia de cada um, quando usados de maneira adequada.

Nos dias atuais, a definição de PF se refere ao direito de o sujeito exercer sua liberdade de escolha, em relação ao modo de concepção da prole, seja de forma natural, reprodução assistida ou por meio da adoção, e o número de filhos que deseja; consumando o desejo da paternidade e/ou da maternidade. Diante disso, casais homoafetivo convivem com a exclusão e discriminação nos serviços de saúde e nas ações realizadas pela ESF, em relação ao Planejamento Familiar, por não serem considerados como uma família tradicional, tendo como principal finalidade a reprodução sexual [25] .

No tocante ao planejamento reprodutivo para casais homoafetivo, os participantes da pesquisa correlacionam, quase sempre a concepção de filhos por homossexuais, com a adoção, por conseguinte, desconsiderando as outras formas de reprodução (biológica e artificial). Com isso, o profissional enfermeiro se exime muitas vezes da orientação a esses casais, atribuindo a responsabilidade aos profissionais da psicologia e assistente social; demonstrando assim a falta de preparo dos profissionais de enfermagem no atendimento prestado a esse público e o déficit de conhecimento acerca das propostas descritas na política de PF [25] .

Diante dos fatos expostos, percebe-se a necessidade de um alinhamento das informações e condutas junto à equipe dos profissionais da ESF, sobre a finalidade e as propostas contidas no programa de Planejamento Reprodutivo, para que tais ações sejam assertivas e que possam ser abrangidas a todos os públicos, sem qualquer discriminação e livre de preconceitos.

Contudo, este estudo se limita por não possibilitar a generalização dos resultados, devido à escassez de artigos com nível de evidência mais diversificado. Frente a isso, torna-se notório a necessidade de mais estudos que dissertem sobre a atuação do enfermeiro no PF, demonstrando a importância do vínculo entre as práticas profissionais, ofertadas aos usuários do PF, embasados em estudos de caráter científico.

CONCLUSÃO

Este trabalho possibilitou entender a importância da assistência do profissional enfermeiro frente ao planejamento familiar, considerando os desafios e dificuldades voltadas à educação sexual reprodutiva. O papel do enfermeiro, além do domínio teórico-científico, leva em consideração o manejo de uma consulta eficiente, onde o profissional possa enxergar o paciente além das suas necessidades evidentes.

É direito de todo cidadão o acesso ao planejamento familiar, com isso, o enfermeiro deve atuar de forma que cada indivíduo possa compreender suas próprias escolhas e liberdade. O profissional da saúde deve trabalhar facilitando e encorajando os usuários, independente do sexo ou orientação sexual a serem protagonistas de suas decisões, de modo que possibilite também a promoção e prevenção de um modo geral.

Evidenciou-se a necessidade de um olhar mais crítico no atendimento prestado aos indivíduos na atenção básica, objetivando melhorar as condutas e informações da equipe ESF. Tais informações devem ser alinhadas junto aos protocolos preconizados pelas autoridades de saúde, buscando atender cada paciente de forma única e com a devida importância de cada particularidade.

Ademais, constatou-se uma limitação para realização deste trabalho diante da escassez de metodologias de estudos que abordem sobre a atuação do enfermeiro no Planejamento Familiar. Desta forma, é de extrema relevância que hajam mais publicações de artigos que discorram sobre o assunto em questão, para que se tenha mais evidências científicas das ações do enfermeiro no contexto do atendimento aos indivíduos no PF.

REFÊRENCIAS

1. Conselho Federal de Enfermagem. Como o movimento de mulheres contribuiu para construção do SUS. Nov/ 2020. Disponível em:

http://www.cofen.gov.br/como-o-movimento-de-mulheres-contribuiu-para-construcao-do-sus_83249.html. Acesso em: 19 mar. 2021.

2. Rodrigues, T. Política de Saúde da Mulher comemora 25 anos: indicadores mostram os resultados da ampliação do acesso da mulher aos serviços de saúde. EPSJV/Fiocruz. Mar. 2016. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/politica-de-saude-da-mulher-comemora-25-anos. Acesso em: 19 mar.2021.
3. Souza, CM. Lei do Planejamento Familiar e o Direito da Mulher Dispor do Próprio Corpo: Análise aos Requisitos para a Esterilização Voluntária. Âmbito Jurídico [Internet]. Out 2019. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/lei-do-planejamento-familiar-e-o-direito-da-mulher-dispor-do-proprio-corpo-analise-aos-requisitos-para-a-esterilizacao-voluntaria/#_ftnref5. Acesso em: 20 mar. 2021. P.1-33.
4. Lélis, BDB; Eulálio, VGBO; Silva, APS; Bernardes, NB. Planejamento Familiar: Perspectiva de ações a serem implementadas na Estratégia de Saúde da Família – ESF. Id onLine Ver. Multidisciplinar e de Psicologia, 2019, vol.13, n.45, ISSN: 1981-1179. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1729. Acesso em: 19 mar. 2021.P.1103-1113.
5. Nogueira, IL; Carvalho, SM; Tocantins, FR; Freire, MAM. Participação do homem no planejamento reprodutivo: revisão integrativa. Ver. Online de pesquisa. Rio de Janeiro, jan./mar. 2018. Disponível em: http://seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6007/pdf_1. Acesso em: 19 mar. 2021. P.242-247.
6. Brasil. Lei N° 9.263, de 12 de Janeiro de 1996. Regula o Parágrafo 7° do Art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm#:~:text=Regula%20o%20%C2%A7%207%C2%BA%20do,penalidades%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.&text=Art.,-1%C2%BA%20O%20planejamento. Acesso em: 19 mar. 2021.
7. Passarinho, N; Franco, L. Com 55% de gestações não planejadas, Brasil falha na oferta de contracepção eficaz. BBC News Brasil. São Paulo, 26 de junho 2018. Disponível em:https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44549368. Acesso em: 19 mar. 2021.
8. Campos, HM; Paiva, CGA; Mourthé, ICA; Ferreira, YF; Fonseca, MC. Direitos humanos, cidadania sexual e promoção de saúde: diálogos de saberes entre pesquisados e adolescentes. RELATO DE EXPERIÊNCIA. Saúde debate. Rio de Janeiro, v. 41, n° 113, Abr/Jun 2018. https://doi.org/10.1590/0103-1104201711324. Acesso em: 25 mar. 2021. P.658-669.
9. Flores, GT; Landerdahl, MC; Cortes, LF. AÇÕES DE ENFERMEIRAS EM PLANEJAMENTO REPRODUTIVO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE. Revista de Enfermagem da UFSM, 2017, Out/Dez; v.7, n°4. Disponível em:

https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/25777. Acesso em: 15 abr. 2021. P. 643-655.

10. Gonzaga, VAS; Borges, ALV; Santos, OA; Rosa, PLFS; Gonçalves, RFS. Barreiras organizacionais para disponibilização e inserção do dispositivo intrauterino nos serviços de atenção básica à saúde. **Ver Esc Enferm USP**. São Paulo, 2017. Disponível em: www.scielo.br/pdf/reeusp/v51/0080-6234-reeusp-S1980-220X2016046803270.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021. P. 1-8.
11. Barbiani, R; Dalla Nora, CR; Schaefer, R. Práticas do enfermeiro no contexto da atenção básica: scoping review. Rev. Latino-Am. Enfermagem. 2016;24 e 2721. Disponível: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v24/pt_0104-1169-rlae-24-02721.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021. P. 1-12.
12. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN – 358/2009. 15 de outubro de 2009. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-3582009_4384.html. Acesso em: 25 mar 2021.
13. Santos, RB; Barreto, RM; Bezerra, ACL; Vasconcelos, MIO. Processo de readequação de um planejamento familiar: construção de autonomia feminina em uma Unidade Básica de Saúde no Ceará. RECIIS, vol. 10, n. 3, jul./set. 2016. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1074. Acesso em: 25 mar. 2021. P. 1-10.
14. Conselho Regional de Enfermagem. Enfermeiros capacitados podem inserir o DIU. Coren – DF, 2019. Disponível em: https://www.coren-df.gov.br/site/enfermeiros-capacitados-podem-inserir-o-diu/#:~:text=Ent%C3%A3o%2C%20%C3%A9%20compet%C3%AAncia%20legal%20do,treinamento%20para%20execu%C3%A7%C3%A3o%20desta%20t%C3%A9cnica. Acesso em: 25 mar. 2021.
15. Ramos, LAS; Pereira, ESP; Lopes, KFAL; Filho, ACAA; Lopes, NC.Uso de Métodos Anticoncepcionais por Mulheres Adolescentes de Escola Pública. Rev. Congitare Enfermagem. UFPR, v. 23, n° 3, 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.5380/ce.v23i3.55230. Acesso em: 25 mar. 2021. p.1-9.
16. Barros, CCS; Rocha, EL; Silva, AF; Rodrigues, PMS; Soares, JO; Silva, AV; Lima, VLA. Enfrentamento da enfermagem diante do processo de morte e morrer: revisão integrativa da literatura. REVISTA ENFERMAGEM ATUAL IN DERME. V. 89, n°27, Ed: Jul. Ago. Set. 2019. Disponível em: https://www.revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/408. Acesso em: 25 mar. 2021. P. 1-7.
17. Soares, CB; Hoga, LAK; Peduzzi, M; Sangaleti, C; Yonekura, T; Silva, DRAD. Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. Artigo de Revisão. Rev. Esc. Enferm UPS; 2014; 48(2). Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48n2/pt_0080-6234-reeusp-48-02-335.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021. P. 335-45.
18. Mendes, KDS; Silveira, RCCP; Galvão, CM. USO DO GERENTE DE REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA NA SELEÇÃO DE ESTUDOS

PRIMÁRIOS EM REVISÕES INTEGRATIVAS. Texto contexto - enferm. Florianópolis, v. 28, e20170204, fev. 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072019000100602&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 mar. 2021. P. 1-13.

19. Silva, WG; Bernal, HL; Cândido, FNO; Raimundo, PPM; Duarte, SJH. O PLANEJAMENTO FAMILIAR PARA HOMENS. Revista de Enfermagem UFPE Online, Recife, v. 12, n°11, Nov., 2018. Disponível: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/237248. Acesso em: 20 abr. 2021. DOI: https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i11a237248p3098-3109-2018. P. 3098-3109.
20. Souza, ÉT; Mendes, MAB; Santana, TS; Xavier, RB; São Bento, PAS; Silva, CV. GRUPO EDUCACIONAL DE PLANEJAMENTO REPRODUTIVO: EXPERIÊNCIA DURANTE A RESIDÊNCIA EM ENFERMAGEM OBSTÉTRICA. Revista de Enfermagem UFPE online, [S.I], v. 11, n°1, out. 2017. Disponível: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/11898. Acesso em: 15 abr. 2021. P. 232-238.
21. Vieira, BDG; Queiroz, ABA; Alves, VH; Rodrigues, DP; Guerra, JVV; Pinto, CB. A prevenção da gravidez na adolescência: uma revisão integrativa. Revista de Enfermagem UFPE online, v.11, n°3, fev. 2017. Disponível: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/13994. Acesso em: 15 abr. 2021. doi:https://doi.org/10.5205/1981-8963-v11i3a13994p1504-1512-2017. P. 1504-1512.
22. Rodrigues, ILA; Teixeira, LFS; Nogueira, LMV. Tecnologia educacional sobre a contracepção oral: construção compartilhada com enfermeiros da assistência reprodutiva. Rev Pesq. Cuid. Fundam. online [Internet]. 1° de janeiro de 2019, v. 11, n° 1. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/6452. Acesso em: 15 abr. 2021. P. 53-58.
23. Souza, MD; Tyrrell, MAR. Direitos Sexuais e Reprodutivos na Atenção Básica: Educação em Saúde Grupal Sob a Ótica da Enfermeira. Rev. Iberoam. Educ. invest. Enferm. [internet], v.6, n°3, jul. 2016. Disponível em: https://www.enfermeria21.com/revistas/aladefe/articulo/213/. Acesso em: 21 abr. 2021. P. 49-58.
24. Coelho, ACS; Pereira, AL; Nepomuceno, CC. SABERES E PRÁTICAS DE HOMENS PERANTE O PLANEJAMENTO REPRODUTIVO. Rev, Enferm. Centro Oeste Mineiro, v.6, n° 3, Set/Dez. 2016. Disponível: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/1079. Acesso em: 20 abr. 2021. DOI: https://doi.org/10.19175/recom.v6i3.1079. P. 2398-2409.

25. Albuquerque, GA; Belém, JM; Nunes, JFC; Leite, MF; Quirino, GS. Planejamento Reprodutivo em Casais Homossexuais na Estratégia Saúde da Família. Revista de APS, v.21, n°1, jan/mar. 2018. Disponível em:https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/15639. Acesso em: 21 abr. 2021. DOI: https://doi.org/10.34019/1809-8363.2018.v21.15639. P. 104-111.